

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Serviço de Reabilitação Lucy Montoro – Capital SP – Jardim Humaitá

CNPJ: 61.699.567/0068-08



### Nota do Administrador

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M. – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Serviço de Reabilitação Lucy Montoro – Capital SP – Jardim Humaitá**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2023. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM**

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais		
	2022	2021		2022	2021
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>Ativo Circulante</b>			<b>Passivo Circulante</b>		
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1/3.2)</b>	8.941.784,69	5.851.802,13	Fornecedores	8.400,40	12.711,22
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	1.836.747,58	1.108.710,34	Fornecedores Nacionais (Nota 3.9)	8.400,40	12.711,22
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	1.025,45	812,94	Serviços de Terceiros	146.205,34	122.769,59
<b>Clientes e Outros Recebíveis</b>	1.835.722,13	1.107.897,40	Serviços de Terceiros Jurídica (Nota 3.10)	146.205,34	122.769,59
Clientes (Nota 3.3)	7.087.642,24	4.718.308,00	Serviços Proprios	596.355,48	572.246,22
Secret Direitos Pessoa	7.075.972,38	4.687.791,44	Salários a pagar (Nota 3.11)	151.600,65	144.133,47
c/ Deficiência- Afiliados (Nota 3.3.1)	7.075.972,38	4.687.791,44	Contribuições a recolher (Nota 3.12)	40.841,94	35.981,76
<b>Outros Créditos (Nota 3.4)</b>	11.669,86	30.516,56	Provisão de férias (Nota 3.13)	302.059,43	304.612,51
Adiantamento Fornecedor	0,00	3.645,22	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.13)	24.115,17	24.369,00
Antecipação de férias (Nota 3.4.1)	11.669,86	26.871,34	Impostos a recolher (Nota 3.14)	77.664,44	63.064,68
<b>Despesas Antecipadas (Nota 3.5)</b>	157,70	3.575,50	Benefícios	73,85	84,80
Despesas Antecipadas	157,70	3.575,50	Tributos	15.836,00	16.670,75
<b>Estoques (Nota 3.6)</b>	17.237,17	21.208,29	Obrigações Tributárias (Nota 3.15)	15.836,00	16.670,75
Material Utilizados no setor de nutrição	2.491,31	4.147,85	Conta a Pagar/ Valores de Terceiros	8.174.987,47	5.127.404,35
Material utilizados no Setor de Farmácia	1.242,72	809,17	Convênios/Contratos		
Material de almoxarifado	13.503,14	16.251,27	Públicos a Realizar (Nota 3.16)	8.171.184,50	5.122.834,94
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	4.113.124,96	773.657,98	Outras Contas a Pagar (Nota 3.17)	1.215,09	1.935,90
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	3.510.269,28	0,00	Estrutura SPDM	2.587,88	2.633,51
Diversos Valores a Receber	3.510.269,28	0,00	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	4.113.124,96	773.657,98
Valores a Receber (Nota 3.7)	3.510.269,28	0,00	Não Circulante	4.113.124,96	773.657,98
<b>Ativo Imobilizado Terceiros (Nota 3.8)</b>	1.395.275,21	1.382.854,39	Recursos Convênios em Execução	4.113.124,96	773.657,98
Imobilizado - Bens Terceiros	1.395.275,21	1.382.854,39	Imobilizado - Bens de terceiros (Nota 3.8)	1.432.914,51	1.420.493,69
Ajuste Vida Útil Econômica			Ajust. vida útil econômica -		
Bens Terceiros (Nota 3.8.1)	(803.527,44)	(628.061,35)	Bens de terceiros (Nota 3.8.1)	(830.058,83)	(646.835,71)
Bens terceiros	(803.527,44)	(628.061,35)	Convênios/Contratos Públicos a Realizar	3.510.269,28	0,00
<b>Intangível Terceiros (Nota 3.8)</b>	37.639,30	37.639,30	<b>Total do Passivo</b>	13.054.909,65	6.625.460,11
Intangível de Terceiros	37.639,30	37.639,30	<b>Patrimônio Líquido (Nota 5)</b>	0,00	0,00
Ajuste Vida Útil Econômica			Resultado no período- Superávit/ Déficit	0,00	0,00
Intangível Terceiros (Nota 3.8.1)	(26.531,39)	(18.774,36)	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	13.054.909,65	6.625.460,11
Intangível Terceiros	(26.531,39)	(18.774,36)	As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		
<b>Total do Ativo</b>	13.054.909,65	6.625.460,11			

### Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais

	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit/Déficit do exercício/período</b>	0,00	0,00
<b>Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>	0,00	0,00
Depreciação e amortização	0,00	0,00
Resultado na venda/baixa de ativos imobilizados	0,00	0,00
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	0,00	0,00
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) Redução em contas a receber	(2.388.180,94)	1.814.524,87
(Aumento) Redução outros créditos	(3.491.422,58)	3.002.631,34
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	3.417,80	2.017,21
(Aumento) Redução em estoques	3.971,12	(4.605,03)
Aumento (Redução) em fornecedores	19.124,93	34.414,11
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contrato de Gestão	6.558.618,84	(4.682.084,11)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	22.508,07	130.267,48
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(170.802,30)	(180.780,31)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	557.234,94	116.385,56
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	0,00	0,00
(-) Aquisições de Imobilizados	0,00	0,00
(-) Adição de Bens de Terceiros	170.802,30	180.780,31
(-) Adição de Bens Intangíveis	0,00	0,00
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	170.802,30	180.780,31
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de Empréstimos/financiamentos	0,00	0,00
(-) Pagamentos de empréstimos/financiamentos	0,00	0,00
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos</b>	0,00	0,00
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	728.037,24	297.165,87
Saldo inicial de caixa e equivalente	1.108.710,34	811.544,47
Saldo final de caixa e equivalente	1.836.747,58	1.108.710,34

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2022 e 2021

**Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras.** A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e no município de sua sede, respectivamente pelos decretos nos 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretoria primordial da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento Institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolida, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, atua na área da assistência social e promove formação e treinamento na área da saúde entre outros. **Características da Unidade Gerenciada:** O Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Capital SP - Jardim Humaitá (SRLM Humaitá), anteriormente denominado Centro de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência Visual, é um projeto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pertencente ao Governo do Estado de São Paulo. O SRLM Humaitá desenvolve atendimentos voltados para pessoas com deficiência visual, contemplando também, atividades de sensibilização, de orientação e/ou apoio. A partir da Resolução SEDPCD nº 18, de 12.11.2015, iniciou-se a gestão da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Em 25 de julho de 2016, a SPDM firmou com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Contrato de Gestão Nº 013/2016 - Processo SEDPCD nº 145092/2015, que tem por objeto a operacionalização da gestão e execução dos serviços para o desenvolvimento de atividades de atendimento ou promoção dos direitos das pessoas com deficiência, pelo prazo de 24 meses, para o gerenciamento do Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, e teve suas atividades iniciadas em 01.11.2016. Em 24 de julho de 2020 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao CG 013/2016, no valor de R\$ 9.551.516,02 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, quinhentos e dezesseis reais e dois centavos), tendo como objetivo a prorrogação do vínculo contratual estabelecido pelo instrumento celebrado em 25 de julho de 2016, sendo prorrogado para o prazo de 2 (dois) anos, expandindo em 25 de julho de 2022. Em 25 de julho de 2022 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao CG 013/2016, no valor de R\$ 11.695.319,71 (Onze milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e dezesseis reais e setenta e um centavos), correspondente ao novo período de vigência da parceria, entre 25 de julho de 2022 e 24 de julho de 2024. **1- Imunidade Tributária e Fiscal:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da

continua...





...continuação de empregados. Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica, garantida nos termos da lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu ano exercício de 2022, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 738.555,04 (Setecentos e trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos). Em 2021, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 669.723,23 (Seiscentos e sessenta e nove mil, setecentos e vinte e três reais e vinte e três centavos). **9.2 – Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2022 foi de R\$ 157.863,08 (Cento e cinquenta e sete mil, oitocentos e sessenta e três reais e oito centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2021, esse montante foi de R\$

140.924,48 (Cento e quarenta mil, novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos). **9.3 – Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag).** A Entidade usufruiu da isenção do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2022 R\$ 26.580,94 (Vinte e seis mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos); em 2021, R\$ 24.090,76 (Vinte e quatro mil, noventa reais e setenta e seis centavos). **10 – Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas

pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2022, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.215,21 (Dois mil, duzentos e quinze reais e vinte e um centavos); em 2021 estes valores apurados foram de R\$ 1.908,86 (Um mil, novecentos e oito reais e oitenta e seis centavos). **11-Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.  
São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM**

**Dra. Yumi Kaneko - Diretora Técnica**

**Denise Carmo de Almeida - Contadora - CRC 1SP 289.563/O-7**

#### Relatório dos Auditores Independentes

**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Serviço de Reabilitação Lucy Montoro – Capital SP – Jardim Humaitá) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e ade-

quada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante re-

sultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 31 de março de 2023.

**Audisa Auditores Associados**  
**CRC/SP 2SP 024298/O-3.**

Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior  
Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718